



Às nove horas do dia dezoito de novembro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, MARA LÚCIA, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA DA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Convocado o Auditor Alexandre Cunha e o Auditor Sérgio Dantas para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II, Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 750012010-00; Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim; Prestação de Contas – Contas de Governo - 2010; Responsável: José Cristiano Martins Nunes; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral: Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de São Domingos do Capim, a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura, exercício de 2010, de responsabilidade de José Cristiano Martins Nunes, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, multa no valor de R\$-3.000,00 pelo descumprimento do Art. 22, da Lei nº 11.494/07 (FUNDEB) e do Art. 20, III, "b", da Lei Complementar nº 101/2000 (gastos com pessoal do Executivo), nos termos do Art. 282, I, "b" do RI/TCM/PA; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 750012010-00; Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim; Prestação de Contas – Contas de Gestão - 2010; Responsável: José Cristiano Martins Nunes; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Chefe - Elisabeth Salame da Silva; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim, exercício de 2010, com recolhimento aos Cofres do Município, no prazo de sessenta (60) dias, devidamente atualizada, da quantia de R\$-12.800,00, referente ao pagamento a maior ao Prefeito e Vice-Prefeito; no prazo de trinta (30) dias, multa ao FUMREAP, no valor de R\$-2.000,00, pelo atraso no envio da LOA, prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres, Balanço Geral e RREO's, do 1º, 2º e 4º bimestres, nos termos do Art. 282, I, "b" do RI/TCM /PA; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, do



Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 07: **Processo nº 140062007-00; Secretaria Municipal de Administração/Encargos Gerais - SEMAD; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Óseas Batista da Silva Júnior – Procurador/Advogado: Edilson José Lisboa Agrassar; Instrução 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas prestadas pelo senhor Oséas Batista da Silva Júnior, Ordenador de despesas da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), no exercício financeiro de 2007. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 18: **Processo nº 820022004-00; Câmara Municipal de Soure; Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 20.359, de 14.10.10 (prestação de contas - 2004); Responsável: Marcus Vinícius Cassiano Figueiredo; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não conhecimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento do Recurso de Reconsideração, mantendo inalterada a decisão anterior prolatada nos termos do Acórdão nº 20.359, de 14.10.10, para considerar irregulares as contas prestadas por Marcus Vinícius Cassiano Figueiredo, referente ao exercício financeiro de 2004, da Câmara Municipal de Soure. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 20: **Processo nº 200706222-00; Movimento de Promoção da Mulher; Prestação de Contas do Convênio nº 011/2007, celebrado com a SEMEC/PMB – Exercício 2007; Responsável: Maria Luiza Barroso Magno; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora – Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas prestadas pela Senhora Maria Luiza Barroso Magno, relativamente ao emprego da importância de R\$-6.160,00 (seis mil, cento e sessenta reais), recebida através do Convênio nº 011/2007 (fls. 41/43), firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Secretaria Municipal de Educação, com a expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201120419-00; Associação Carnavalesca Unidos da Baixada; Prestação de Contas do Convênio nº 024/2011, celebrado com o Gabinete do Prefeito Municipal de Belém – Exercício 2012; Responsável: Óseas Batista da Silva Júnior; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora – Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu



posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas prestadas por Oséas Batista da Silva Júnior, relativamente ao emprego da importância de R\$-60.000,00 (sessenta mil reais), recebida da Prefeitura Municipal de Belém, através do Gabinete do Prefeito, nos termos do Convênio nº 024/2011 (fls. 55/61), com a expedição do Alvará de Quitação; juntada dos presentes autos ao processo de prestação de contas do Gabinete do Prefeito de Belém, exercício 2011, para que seja procedida a encampação das falhas ora suscitadas na citação do Ordenador responsável, com vistas à apresentação de defesa e eventual regularização. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201300343-00; Federação das Associações de Moradores, Comunidades e Entidades do Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte; Prestação de Contas do Convênio nº 004/2012, de 14.8.2012, celebrado com a Prefeitura Municipal de Santarém, através da Secretaria – Exercício 2012; Responsável: Ladilson Amaral; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora – Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas por Ladilson Amaral, relativamente ao emprego da importância de R\$-46.900,00 (quarenta e seis mil e novecentos reais), recebidos da Prefeitura Municipal de Santarém, através da Secretaria Municipal de Cultura, nos termos do Convênio nº 004/2012 (fls. 02/04), com aplicação de multa no valor de R\$-600,00 (seiscentos reais) pela remessa intempestiva da prestação de contas; juntada dos presentes autos ao processo de prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura de Santarém, exercício de 2012, para que seja procedida a encampação das falhas ora suscitadas na citação do Ordenador responsável, com vistas à apresentação de defesa e eventual regularização. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Às nove horas e quarenta e cinco minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. Houve inversão da pauta, com o julgamento do processo de nº 03: **Processo nº 1330022011-00; Câmara Municipal de Igarapé - Miri; Prestação de Contas – Exercício 2011; Responsável: Maria José Lobato Corrêa; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Igarapé-Miri, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Maria José Lobato Corrêa, por falhas gravíssimas e danosas ao Erário (ausência de processos licitatórios no montante de R\$-282.407,34); Diárias não comprovadas documentalmente; Descumprimento do Art. 29-A, I, da CF/88 e as demais falhas apontadas em relatório), com os seguintes recolhimentos: aos Cofres Municipais: R\$ 2.000,00 (dois mil reais), multa pela remessa intempestiva do RGF do 2º quadrimestre, infringindo o Artigo 5º, Inciso I, §§ 1º



e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000; R\$-77.000,00 (setenta e sete mil reais), referente a devolução pelas diárias não comprovadas documentalmente, devidamente atualizado; ao FUMREAP/TCM: R\$ 3.000,00 (três mil reais), multa pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres, com base no Art. 284, II, do RI/TCM/Pa.; R\$-7.000,00 (sete mil reais), multa pela divergência nas transferências concedidas pela Prefeitura e as recebidas pela Câmara, nos termos do Art. 282, I, "b", do RI/TCM/Pa.; pelo não envio dos balancetes quadrimestrais e do consolidado, assim como da relação de bens, com base no Art. 282, III, "a", do RI/TCM/Pa., e pelo não atendimento das determinações do Tribunal quanto ao envio de documentos obrigatórios; R\$-3.000,00 (três mil reais), multa sobre as despesas de R\$-282.407,34 não licitadas, com fulcro no Art. 57 da LC nº 084/2012; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 570022011-00; Câmara Municipal de Ponta de Pedras; Prestação de Contas - Exercício 2011; Responsável: Wandick Gomes Amanajás - Diretor; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Ponta de Pedras, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Wandick Gomes Amanajás, por falha grave e danosa ao Erário, com o recolhimento dos seguintes valores: aos Cofres Municipais R\$-122.883,93 (cento e vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos), relativo a devolução pelo lançamento da conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; ao FUMREAP: R\$-3.000,00 (três mil reais), multa pelas falhas apontadas em relatório e voto do Relator; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1280022008-00; Câmara Municipal de Ulianópolis; Prestação de Contas - Exercício 2008; Responsável: Afonso Alves de Moura; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento atualizado do débito, sem prejuízo da aplicação de multas e encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade da prestação de contas da Câmara Municipal de Ulianópolis, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Sr. Afonso Alves de Moura, com o recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 30 (trinta) dias, do valor de R\$-25.763,97 (vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos), devidamente atualizado, lançado à conta "Agente Ordenador"; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 08: **Processo nº 733992007-00; Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas - Exercício 2007; Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução: Auditor Adriana Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora**



Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Tauá, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Raimundo Freire Noronha, nos termos do Art. 52, II, da Lei Complementar 25/94, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, das seguintes multas: R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (superior a 90 dias); R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do Art. 120-B, § 1º, RI/TCM, pela não remessa da Lei de Criação do FMS; da relação de bens móveis e imóveis; e do Parecer do Conselho Municipal de Saúde; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 120-A, II, parágrafo único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas sem Processo Licitatório, no montante de R\$-373.635,11, descumprindo o Art. 2º, da Lei nº 8.666/93; R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do Art. 120-B, §1º, do RI/TCM, em função da não remessa do Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Contábil, firmado com Alexandre Sena R. Oleira Mota; nos termos do Art. 52, § 5º, da Lei Complementar 25/94, cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Tauá, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Raimundo Freire Noronha, nos termos do Art. 52, II, da Lei Complementar 25/94; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, das seguintes multas: R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (superior a 90 dias); R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do Art. 120-B, § 1º, RI/TCM, pela não remessa da Lei de Criação do FMS; da relação de bens móveis e imóveis; e do Parecer do Conselho Municipal de Saúde; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 120-A, II, parágrafo único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas sem Processo Licitatório, no montante de R\$-373.635,11 (trezentos e setenta e três mil, seiscentos e trinta e cinco reais e onze centavos), descumprindo o Art. 2º, da Lei nº 8.666/93; R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do Art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, em função da não remessa do Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Contábil, firmado com Alexandre Sena R. Oleira Mota; nos termos do Art. 52, § 5º, da Lei Complementar 25/94. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 524902010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Oeiras do Pará; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Edvaldo Nabiça Leão; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Oeiras do Pará, exercício financeiro



2010, de responsabilidade de Edivaldo Nabiça Leão, pelas irregularidades graves e danosas ao Erário, com os seguintes recolhimentos: ao FUMREAP, a título de multa: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º (182 dias); 2º (200 dias) e 3º (78 dias) trimestres, nos termos do Art. 284, IV, do RI/TCM/Pa; R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo não envio do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social e Ata de apreciação das contas, nos termos do caput do Art. 284, do RI/TCM/Pa; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelas despesas não lícitas no valor total de R\$-67.143,12 (sessenta e sete mil, cento e quarenta e três reais e doze centavos), com base no Art. 282, "b" do RI/TCM/PA; R\$-3.000,00 (três mil reais), pelo não atendimento de determinação do Tribunal, dificultando a fiscalização, com base no Art. 282, III, 'a', do RI/TCM/PA; R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo não repasse ao INSS das contribuições retidas dos contribuintes, no valor de R\$-91.169,24 (noventa e um mil, cento e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos); cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 572012010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Pontas de Pedras; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Maria Alice Martins Tavares; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Ponta de Pedras, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Maria Alice Martins Tavares, com o recolhimento, à título de multa, ao FUMREAP do valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo não encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social sobre as contas do FMAS de Ponta de Pedras; pelo não encaminhamento dos Contratos Temporários firmados no exercício de 2010, com base no Art.282, III, 'a', do RI/TCM/PA; pelo lançamento à conta "Receita a Comprovar" no montante de R\$ 1.944,60, em virtude da divergência no saldo inicial e final, com base no Art. .282, I, 'b', do RI/TCM/PA. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 922212001-00; Fundo Municipal de Saúde de Dom Eliseu; Prestação de Contas – 2001; Responsável: Roque Rodrigues Filho (01/01 a 18/04), José Luiz de Paula Rodrigues Jr. (19.04 a 19.11) e José Augusto B. dos Santos (20.11 a 31.12.01); Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Dom Eliseu, exercício de 2001, de responsabilidade de Roque Rodrigues Filho (01.01 a 18.04), José Luiz de Paula Rodrigues Junior (19.04 a 19.11) e José Augusto B. dos Santos (20.11 a 31.12.2001), com a expedição do Alvará de Quitação aos Ordenadores. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 320052010-00; Fundo Municipal de Saúde de Igarapé Açu; Prestação de Contas – Contas Municipais de Gestão - 2011; Responsável: Marcelo de Souza Silva; Instrução: 4ª**



Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Igarapé-Açu, exercício de 2010, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes multas: R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas, com base no Art. 282, I, "b" do RI/TCM/PA; R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela ausência de processo licitatório tendo como credor Lima Aguiar Comércio Ltda (R\$ 82.462,67), na forma do Art. 282, I, "b" do RI/TCM/PA. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 602012006-00; Fundo Municipal de Saúde de Prainha; Prestação de Contas – 2006; Responsável: Nicolau João Brito Saraty; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Prainha, exercício de 2006, de responsabilidade de Nicolau João Brito Saraty, com recolhimento aos Cofres do Município, no prazo de sessenta (60) dias, das seguintes quantias: R\$-59.310,83 (cinquenta e nove mil, trezentos e dez reais e oitenta e três centavos), referente a conta "Agente Ordenador", originada por diferença no saldo do exercício anterior; R\$-26.452,42 (vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), relativa a despesas não comprovadas; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1330082007-00; Fundo Municipal de Cachoeira do Piriá; Prestação de Contas – 2007; Responsável: Albenor Bezerra Pontes ; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro: Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de multas e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Cachoeira do Piriá, referente ao exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Albenor Bezerra Pontes, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 16: **Processo nº 200811753-00; Prefeitura Municipal de Benevides; Recurso de Revisão - 1995; Responsável: José Clodomir de Melo Begot; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia, com pedido de VISTA ao Conselheiro Cezar Colares na Sessão Plenária do dia 19.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO**



VISTA: "pelo não conhecimento do Recurso de Revisão interposto por José Clodomir de Melo Begot, face a ausência de requisitos legais." **Em votação:** na Sessão do dia 19.08.2014, a Conselheira Mara Lúcia proferiu seu voto "acompanhando o entendimento desposado pela Presidência deste TCM-PA, em preliminar, entendendo pelo não recebimento do Recurso de Revisão, visto não se enquadrar em nenhuma das hipóteses de admissibilidade previstas na Lei Orgânica e Regimento Interno deste TCM-PA, que submeto a decisão deste Colegiado". Na presente Sessão, após o voto Vista, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam a Relatora, na íntegra. O Conselheiro Aloísio Chaves não votou porque estava ausente, por ocasião da votação, da Sessão do dia 19.08.2014. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não recebimento do Recurso de Revisão face o mesmo não se enquadrar em nenhuma das hipóteses de admissibilidade prevista na Lei Orgânica e Regimento deste TCM/Pa. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 19: **Processo nº 201406807-00; Fundo Municipal do Fundo de Pacajá;** Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 24.484, de 12.12.2013 (prestação de contas - 2006); Responsável: Rosa de Fátima Cândido Souza; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso Ordinário para excluir da decisão recorrida apenas a despesa com o credor Posto Monteiro Com. de Combustível, mantendo em seus demais termos o Acórdão nº 24.484/2013, que negou aprovação as contas do Fundo Municipal de Saúde, exercício 2006, de responsabilidade de Rosa de Fátima Cândido Souza. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 23: **Processo nº 200816616-00; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marabá;** Prestação de Contas do Convênio s/nº – Exercício 2008; Responsável: Leonildo Borges Rocha; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio s/nº/2008, de responsabilidade do Sr. Leonildo Borges Rocha, com a expedição do Alvará de Quitação no valor R\$-18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200900158-00; Prefeitura Municipal de Marabá e Obra Kolping do Brasil;** Prestação de Contas do Convênio s/nº - Exercício 2008; Responsável: Andreia Rodrigues de Souza Moura; Instrução: 2º Controladoria Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da



prestação de contas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.

Processo nº 200905654-00; Centro Comunitário Alameda das Palmeiras; Prestação de Contas do Convênio nº 09/2009, com a SEMEC/PMB - Exercício 2009; Responsável: Maria do Socorro Santos da Silva; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio de nº 009/2009, celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação – SEMEC – PM - Belém e o Centro Comunitário Alameda das Palmeiras, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-26.160,00 (vinte e seis mil, cento e sessenta reais), em favor da Sra. Maria do Socorro Santos da Silva. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200913189-00; Fundação Dionísio Hage;** Prestação de Contas do Convênio nº 026/2009, com a SEMEC/PMB - Exercício 2009; Responsável: Áurea Celeste Serruya Hage; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Convênio de nº 026/2009, celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação – SEMEC – PM - Belém e a Fundação Dionísio Hage, por estarem regulares, nos termos do Art. 32, I, da Lei nº 84/2012, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-19.250,00 (dezenove mil, duzentos e cinquenta reais), em favor da Sra. Áurea Celeste Serruya Hage. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201217716-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB;** Aposentadoria 2012 - Portaria nº 1289, de 27.09.2012 – Revisão de proventos; Interessada: Maria Márcia do Carmo Pimentel; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1289/2012-GP/IPAMB, de 27.09.2012 (fls. 13/14), do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, com a revogação da Portaria nº 0041/2008 - GP/IPAMB, nos termos do voto do Relator. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201206223-00; IPAMB/PMB;** Aposentadoria - Portaria nº 0379/2012 de 29.03.2012; Interessada: Dalma da Cunha Oliveira; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato, com as recomendações constantes no voto do Relator. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201217349-00;**



IPAMB/PMB; Aposentadoria - Portaria nº 1287/2012 de 27.09.2012 – Revisão de proventos; Interessada: Mariza Andrade Guedes Alves; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato, com as recomendações constantes no voto do Relator. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201208407-00; Instituto de Previdência do Município de Cachoeira do Arari - IAPSM – Pensão** - Portaria nº 007/2014; Interessada: Manoel Santana Martins Gonçalves; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora – Auditor convocado para apresentar proposta de decisão: Sérgio Franco Dantas (Conselheiro Cezar Colares). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela devolução do processo ao Órgão de origem. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “*pelo não registro da Portaria nº 007/2014 que concede Pensão ao Senhor Manoel Santa Martins Gonçalves, por ferir o disposto no Artigo 40, §7º, Inciso II da CF/88 e Artigo 25 da Lei Complementar nº 001/2006, devendo retornar os autos ao Instituto Previdenciário do Município, para conhecimento da decisão e para tomar as providências cabíveis*”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, pela Conselheira Mara Lúcia, pelo Conselheiro Antonio José e pelo Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não registro da Portaria nº 007/2014, que concede pensão ao Senhor Manoel Santa Martins Gonçalves, por ferir o disposto no Artigo 40, § 7º, Inciso II da CF/88 e Artigo 25 da Lei Complementar nº 001/2006, com o retorno dos autos ao Instituto Previdenciário do Município, para conhecimento da decisão e para tomar as providências cabíveis. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201210976-00; Fundo Municipal de Saúde de Conceição do Araguaia** – Nomeação – 2012 – Decreto nº 0290 de 16.07.2012, nomeação de Angra Regina Alves Teles e outros; Interessada: Marlene Costa de Oliveira; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201307851-00; Câmara Municipal de São Félix do Xingu** – Contratos Temporários nº's 001 a 003/2011, firmados com Guilherme Nascimento e Silva e outros; Interessado: Sercino Evangelista Cristo - Presidente; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheira Mara Lúcia). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro dos Atos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “*pelo registro dos Contratos Temporários firmados pela Câmara Municipal de São Félix do Xingu com Guilherme Nascimento Silva, Wathylla Silva Ferreira e Edgar dos Santos Queiroz*”. **Em votação**: a Conselheira Mara Lúcia ratificou os termos



da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhada pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José, Conselheiro Sérgio Leão e Conselheiro José Carlos Araújo. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Contratos Temporários firmados pela Câmara Municipal de São Félix do Xingu com Guilherme Nascimento Silva, Wathylla Silva Ferreira e Edgar dos Santos Queiroz. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia retornou a Presidência da Sessão. **Processo nº 201320912-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer** – Contratos Temporários nº's 001, a 011/2013, firmados com Odeize Costa Oliveira e outros; Interessado: Mauro Jorge de Carvalho Figueira - Presidente; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário ao registro dos Contratos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Contratos Temporários nº's 001, 002, 003, 006, 007, 010 e 011/2013, firmados entre o Fundo Municipal de Saúde de Alenquer e Odeize Costa Oliveira e outros. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 06: **Processo nº 1370022007-00; Câmara Municipal de Marituba**; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: José Bonifácio Viana Barroso; Instrução: Leonardo Macieira e 7ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de **Decisão**: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: *"pela aprovação das contas, com ressalva, da Câmara Municipal de Marituba, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. José Bonifácio Viana Barroso, sem prejuízo do recolhimento da multa no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), pela incorreta apropriação de encargos patronais, inobservando o Art. 50, II, da LRF"*. **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com ressalva, da Câmara Municipal de Marituba, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. José Bonifácio Viana Barroso, **por maioria**, sem prejuízo do recolhimento da multa no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), pela incorreta apropriação de encargos patronais, inobservando o Art. 50, II, da LRF. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 15: **Processo nº 13992007-00; Fundação Cultural do Município de Abaetetuba**; Prestação de Contas – 2007; Responsável: João Francisco Sousa da Silva; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de **Decisão**: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: *"proponho voto pela regularidade das*



442 *contas da Fundação Cultural de Abaetetuba, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. João Francisco*
443 *Sousa da Silva, sem prejuízo do recolhimento das seguintes multas: R\$-300,00 (trezentos reais), pelo não*
444 *envio do Balanço Geral, em afronta aos Arts. 109 e 110, da Lei Federal nº 4.320/64 e Art. 30, inciso II, alínea*
445 *b, da Lei Complementar nº25/94 – LO/TCM/PA; R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não recolhimento ao INSS*
446 *das contribuições consignadas (R\$-19.962,01) e pela incorreta apropriação de Encargos Patronais,*
447 *inobservando o Art. 50, inc. II, da Lei de Responsabilidade Fiscal”. **Em votação:** o Conselheiro José Carlos*
448 *Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo*
449 *Conselheiro Aloísio Chaves, pelo Conselheiro Cezar Colares, pelo Conselheiro Antonio José e pelo*
450 *Conselheiro Sérgio Leão. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém com a exclusão*
451 *das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu*
452 *pela regularidade das contas da Fundação Cultural de Abaetetuba, exercício de 2007, de*
453 *responsabilidade do Sr. João Francisco Sousa da Silva, **por maioria**, com o recolhimento das*
454 *seguintes multas: R\$-300,00 (trezentos reais), pelo não envio do Balanço Geral, em afronta aos*
455 *Arts. 109 e 110, da Lei Federal nº 4.320/64 e Art. 30, inciso II, alínea b, da Lei Complementar*
456 *nº25/94 – LO/TCM/PA; R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não recolhimento ao INSS das*
457 *contribuições consignadas (R\$-19.962,01) e pela incorreta apropriação de Encargos Patronais,*
458 *inobservando o Art. 50, inc. II, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Vencida a Conselheira Mara Lúcia*
459 *quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Houve a inversão da pauta com o julgamento do*
460 *processo de nº 17: **Processo nº 1310012001-00; Prefeitura Municipal de Bannach; Recurso***
461 *de Reconsideração contra a decisão da Resolução nº 10.216, de 06.12.2011 (prestação de contas -*
462 *2001); Responsável: Geraldo Fernandes Oliveira; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público:*
463 *Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de*
464 *Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). Cumprindo dispositivo regimental,*
465 *o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e*
466 *negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou*
467 *sua proposta de **Decisão:** “pelo conhecimento e não provimento do Recurso de Reconsideração em*
468 *apreço, com a manutenção da decisão exarada pela Resolução nº 10.216/2011/TCM-PA”. **Em votação:** o*
469 *Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi*
470 *acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, pela Conselheira Mara Lúcia, pelo Conselheiro Cezar*
471 *Colares, pelo Conselheiro Antonio José e pelo Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a*
472 ***Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e não provimento do Recurso de*
473 *Reconsideração em apreço, com a manutenção da decisão exarada pela Resolução nº*
474 *10.216/2011/TCM-PA. **Processo nº 201306039-00; Instituto de Previdência e Assistência***
475 *do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria – 2013; Portaria nº 0386/2013 – Revisão de*
476 *Proventos; Interessada: Maria do Socorro Lima da Silva; Ministério Público: Mariz Inez Gueiros;*
477 *Relator: Auditor convocado Sérgio Dantas (Conselheiro Daniel Lavareda). Retirado de pauta.*
478 **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS**
479 **CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às
480 onze horas e vinte e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.



481 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezoito de novembro
482 de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão